



**t MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude - CAOPIJ**

**Ofício nº 008/2021 – CAOP-IJ**

**Recife, 26 de julho de 2021.**

**Excelentíssimo(a)s Senhore(a)s Promotore(a)s,**

Cumprimentando-os, o Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e Juventude encaminha em anexo CHECKLIST, para contribuir na elaboração do PLANO MUNICIPAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO.

Ressalta que, de acordo com o Art. 7º da Lei 12.594/2015, o referido plano deverá incluir um diagnóstico da situação do SINASE, as diretrizes, os objetivos, as metas, as prioridades e as formas de financiamento e gestão das ações de atendimento para os 10 (dez) anos seguintes, tudo em sintonia com os princípios elencados no Estatuto da Criança e do Adolescente.

De igual modo, dito plano deverá, obrigatoriamente, prever ações articuladas nas áreas de educação, saúde, assistência social, cultura, capacitação para o trabalho e esporte, para os adolescentes atendidos (Art. 8º da Lei 12.594/2015).

Além disso, cabe aos Poderes Legislativos municipais, por meio de suas comissões temáticas pertinentes, acompanharem a execução dos seus respectivos planos.

Seguem pontos da metodologia a ser levada em consideração, quando da elaboração do referido plano:

- 1. Existência e funcionamento adequado do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – O CMDCA**, como órgão deliberador da política pública a ser dirigida à infância e adolescência na cidade, deve funcionar com estrutura própria e independente, e contar com uma composição paritária entre representantes da sociedade civil e do governo municipal. Será o órgão mobilizador de toda a sociedade local e demais atores do Sistema de Garantia de Direitos para a realização de um diagnóstico situacional que permita iniciar o processo de municipalização e/ou transição da execução do estado, das ONGs e/ou do Judiciário para o município.
- 2. Mobilização da sociedade local e o Sistema de Garantia de Direitos (SGD)** para a discussão acerca das medidas socioeducativas em meio aberto

(Audiências públicas, debates e seminários para discutir o tema e sensibilizar as autoridades e poderes envolvidos).

3. **Elaboração de um diagnóstico situacional**, que inclui um mapa do adolescente em condições de infração na cidade, levantamento quantitativo, e um mapeamento dos serviços e políticas existentes na cidade que se dirigem à mesma população.
4. Ante a existência de um programa de MSEMA local em execução, é indicado realizar uma avaliação de seus resultados e necessidades, buscando traçar os elementos indispensáveis para uma transição político-institucional e qualitativa.
5. **Realização de um Planejamento Estratégico Participativo Situacional** – Definição de objetivos e finalidades do programa a ser implementado, base do Plano Municipal ou Intermunicipal de Atendimento Socioeducativo.
6. **Elaboração do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo** – Resultado dos elementos debatidos e consensuados entre os atores locais do SGD. Contém etapas de implementação, descrição dos programas e ações vinculados, com ênfase na intersectorialidade e articulação com o plano estadual de MSE.
7. **Definição do Sistema Municipal de Atendimento Socioeducativo e organização do Programa Municipal de Atendimento Socioeducativo em Meio Aberto** – Estabelecimento da instituição responsável pela coordenação e pela gestão do SMASE – com suporte de um conselho gestor, para funcionar como núcleo de planejamento, monitoramento e avaliação de informações de interesse comum, que inclua representantes governamentais, membros do CMDCA, CREAS, representantes do Sistema de Justiça, do Sistema Estadual de Atendimento Socioeducativo e das secretarias municipais que possuam interface com o atendimento.

Por fim, é fundamental destacar a necessidade de pactuar com a rede local a construção de cada plano, uma vez que cada lugar possui suas peculiaridades, que deverão ser levadas em consideração.

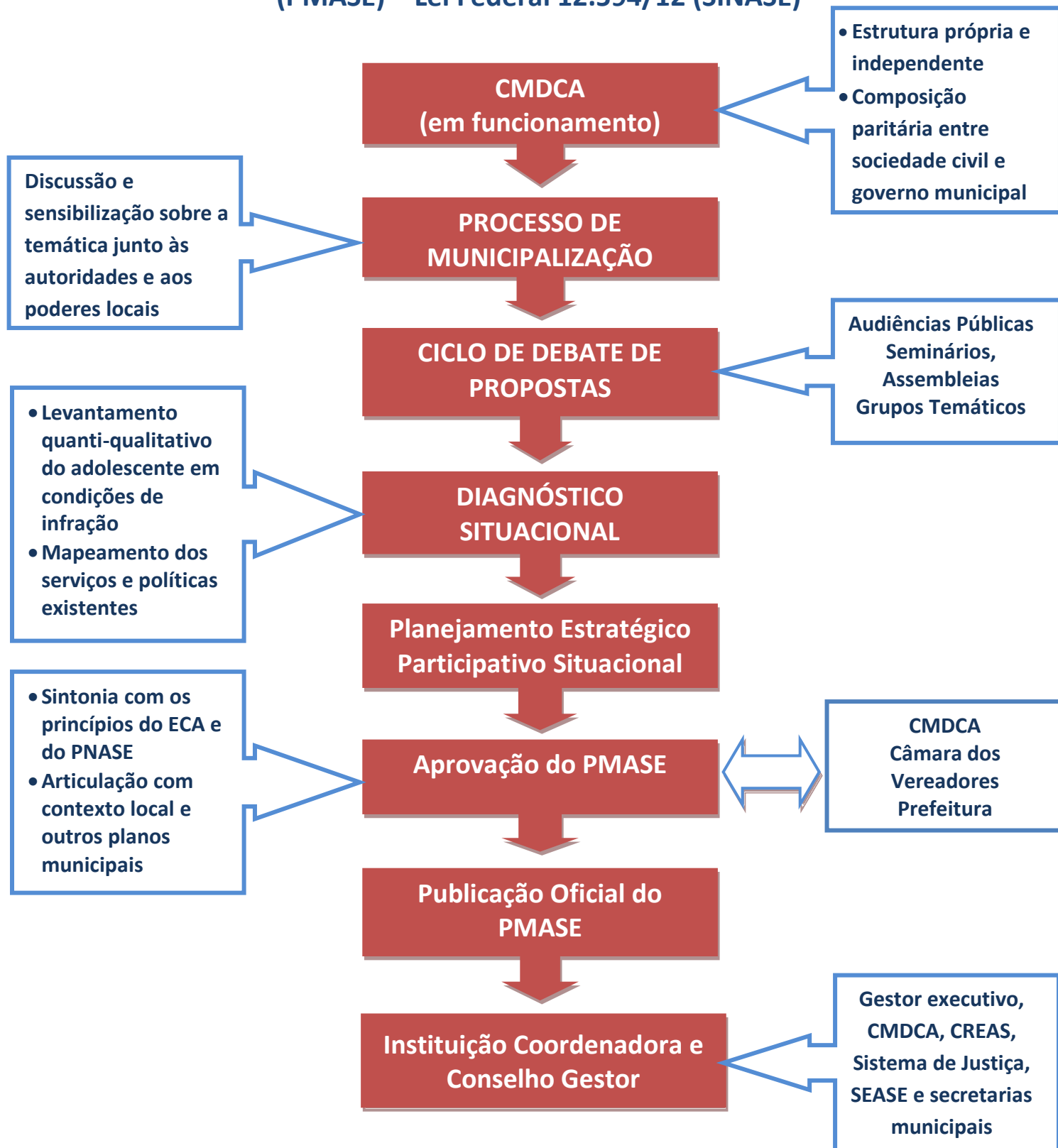
Atenciosamente,

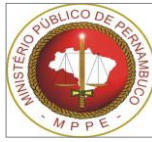
**Luiz Guilherme da Fonseca Lapenda**  
Promotor de Justiça  
Coordenador do CAOPIJ-MPPE



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e Juventude**

**PLANO MUNICIPAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO  
(PMASE) – Lei Federal 12.594/12 (SINASE)**





**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e Juventude**

**ITENS INTEGRANTES DO PMASE**

- a) Diagnóstico
- b) Diretrizes
- c) Objetivos
- d) Metas
- e) Prioridades
- f) Formas de financiamento
- g) Formas de gestão das ações de atendimento para os 10 (dez) anos seguintes, em sintonia com os princípios elencados na Lei nº 8.069/1990 (ECA).

Lei Federal nº 12.594/2021 (SINASE):

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2011-2014/2012/lei/l12594.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2012/lei/l12594.htm)

Material de apoio:

<https://www.mppe.mp.br/mppe/institucional/caops/caop-defesa-da-infancia-e-juventude/material-apoio-caop-infancia-juventude/category/167-area-infracional>